



INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA  
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DE COIMBRA

Aprovação do Conselho Pedagógico

20/3/2019

Aprovação do Conselho  
Técnico-Científico

10/4/2019

**Ficha de Unidade Curricular (FUC) de  
Simulação de Agência de Execução**

**Curso(s):** Mestrado em Solicitadoria

**Ano Curricular:** 1ºano

**Semestre curricular:** 2º Semestre

**Ano lectivo:** 201819

**Docente Responsável:** Mari Luci Alves Eufrásio

## Unidade Curricular

|                      |                                  |
|----------------------|----------------------------------|
| Designação:          | Simulação de Agência de Execução |
| Curso(s):            | Mestrado em Solicitadoria        |
| Ano curricular:      | 1ºano                            |
| Semestre curricular: | 2º Semestre                      |
| Número de ECTS:      | 9                                |
| Horas de contacto:   | 50                               |

## 1. Corpo Docente

\*\*\*Replicar pelo n.º de docentes, sendo que o primeiro deverá ser o responsável da UC.

Nome: Mari Luci Alves Eufrásio

Email: meufrasio@iscac.pt

## 2. Funcionamento

### a) Objectivos:

Obtenção de conhecimentos de utilização da plataforma informática de trabalho dos agentes de execução. Aspectos práticos da profissão. A simulação/utilização prática do SISAAE permitirá a aprendizagem das funcionalidades electrónicas disponíveis para o exercício da actividade de agente de execução.

### b) Regime de frequência e metodologia de avaliação:

Exploração dos mecanismos informáticos ao serviço do Agente de Execução, sua interactividade com a prática e o Código de Processo Civil.

Sendo aulas teórico-práticas e dado o carácter da unidade curricular, as sessões são constituídas pela exposição das temáticas por parte do docente (cerca de 70% do tempo total), seguindo-se a resolução de perguntas de natureza prática e colocação de questões por parte dos discentes, visando a operacionalização dos conceitos e a aquisição de competências teóricas e metodológicas. Os métodos de ensino adoptados permitem a prossecução dos objectivos previamente definidos. A avaliação é distribuída, com:

1- Obrigatoriedade de presença das aulas ministradas (60%).

2- A avaliação de conhecimentos pode ocorrer sob a forma de:

a) Elaboração de trabalho individual subordinado às temáticas em que o programa da unidade curricular se insere (50%);

b) Apresentação e discussão do referido trabalho em sala de aula (50%);

Serão aprovados os alunos que, na elaboração e defesa do trabalho realizado, obtenham, pelo menos, 10 valores. Os alunos que não obtenham aquela classificação mínima submeter-se-ão a exame final.

### c) Programa:

SISAAE - Sistema informático de suporte à actividade dos Agentes de Execução

#### CAPÍTULO I

Introdução e regras básicas; Noções base do SISAAE; Configurações; Menus; Listagens do SISAAE;

Pesquisas do SISAAE; Agenda, agendamentos e tarefas

#### CAPÍTULO II

Abertura do processo; Movimentação do processo; Buscas; Entidades; Notificações; Provisões;

Encerramento de fase; Tramitação processual; Citações postais e pessoais; Citação edital; Actos, agendamentos, tarefas, pendentes, diligências externas; Penhoras; Notificações; Inserção de bens no SISAAE; Editais; Reclamações de créditos; Vendas; Tramitação de Processo urgente; Conta e liquidação do processo; Pagamentos; Tipo de processos entrega de coisa certa/prestação de facto; Procedimento para inclusão lista publica de executados.

CAPÍTULO III - Desmaterialização dos processos nos tribunais judiciais; Citação Edital; Venda de Bens Penhorados; Publicidade da Insolvência; Lista Pública de Execuções.

CAPÍTULO IV - Actos e consultas online.

**d) Bibliografia:**

- Manuais de utilização da aplicação informática SISAAE; Freitas, José Lebre – 6º Edição (Fevereiro de 2014)
- “A acção executiva à luz do Processo Civil de 2013 “ – Coimbra Editora; Pinto, Rui
- “Manual da Execução e Despejo” (Agosto 2013) – Coimbra Editora; Carvalho, J.H. Delgado de – 2º edição  
(Janeiro 2016)
- “ A acção executiva para pagamento de quantia certa” – Código Civil e Código de Processo Civil.